

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.197.555 - PR (2017/0283079-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOSE DE OLIVEIRA ARAUJO
ADVOGADO : LUIS RICARDO VASQUES DAVANZO - SP117043
AGRAVADO : LUIZ DA SILVA JUNIOR - AUTOMOVEIS - ME
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS PAIXÃO - PR043296

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042, CPC/15), interposto pelo **JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 368/369, e-STJ), sob os seguintes fundamentos:

(a) a alegação de afronta aos artigos 369, do Código de Processo Civil, e 169 e 927, do Código Civil, encontra óbice nas Súmulas 282/STF e 211/STJ, uma vez que a Câmara sequer implicitamente emitiu pronunciamento à luz desses dispositivos;

(b) em relação ao art. 330, I, e 373, do CPC, há o óbice da súmula 7, do STJ, pois rever a conclusão da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Nas razões de agravo (fls. 377/383, e-STJ), o insurgente, sucintamente, alega:

(a) "Não assiste razão a negativa de seguimento do Recurso Especial, vez que no curso da ação restou demonstrado cabalmente a vulneração aos artigos 330, 369 e 373 do Novo CPC, bem como artigos 186 e 927 do Código Civil preenchendo, portanto, os pressupostos da alínea "a" do artigo 105, inciso III da Constituição Federal."; e

(b) "o v. Acórdão violou o disposto nos artigos 330, I do Novo CPC, preenchendo, portanto, os pressupostos da alínea "a" do artigo 105, inciso III da Constituição Federal".

Sem contraminuta (fl. 387, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. O recurso não é admissível, por violação ao princípio da dialeticidade.

Com efeito, o agravante limitou-se a renegar, genericamente, o juízo de admissibilidade realizado na origem, sem, contudo, efetivamente demonstrar a inadequação dos óbices invocados.

No caso dos autos, o Recorrente **deixou de impugnar o capítulo da decisão de admissibilidade que tratou sobre a incidência da súmula 7/STJ.**

Assim, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada atrai, por analogia, o óbice contido no Enunciado n. 182, da Súmula do STJ, *verbis*:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Conforme já decidiu o STJ, "à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para

manter o acórdão recorrido, de maneira a **demonstrar** que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, **não basta** que faça **alegações genéricas** em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge" (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/11/2008 - grifos nossos).

E, ainda:

Inexistindo impugnação específica ao decisum impugnado, restou desatendido o princípio da dialeticidade, motivo pelo qual incide, no caso em exame, por analogia, a Súmula n. 182/STJ: "É inviável o exame do agravo do artigo 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. (AgRg no AgRg nos EAREsp 557.525/PR, Rel. Ministro Jorge Mussi, Corte Especial, DJe 14/12/2015).

3. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **não conheço** do agravo em recurso especial e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator